



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Apreciação da FENPROF relativa à Petição n.º 216/XV/2.ª

“Pela valorização dos salários de investigadores e professores do ensino superior”

Em resposta ao pedido dirigido à Federação Nacional dos Professores (FENPROF) pelo senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência em 11 de outubro, através de ofício com o vosso número I_COM8XV/2023/102, relativo à Petição n.º 216/XV/2.ª - “Pela valorização dos salários de investigadores e professores do ensino superior”, da iniciativa do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), a FENPROF vem por este meio apresentar a sua posição.

A FENPROF e os seus Sindicatos acolhem favoravelmente esta petição pelos seus objetivos e pela oportunidade, razão pela qual, no seu devido tempo, incentivaram a sua subscrição junto dos seus associados.

A FENPROF acompanha, no fundamental, os termos da petição e as respetivas reivindicações por entender que os docentes do ensino superior e os investigadores científicos foram das classes mais severamente prejudicadas nos seus salários ao longo da última década, situação para a qual também tem chamado a atenção sempre que intervém publicamente, como por exemplo na conferência de imprensa que realizou no passado dia 16 de março.

No entender da FENPROF, esta situação resulta da conjugação de três fatores principais. Em primeiro lugar, é sobejamente reconhecido que estas classes foram das mais prejudicadas pelos cortes impostos pela *troika* entre 2011 e 2015. Em segundo lugar, estes docentes e investigadores viram, ao longo dos últimos anos, os seus salários serem congelados ou atualizados muito abaixo da taxa de inflação, fenómeno que se acentuou de forma significativa nos últimos dois anos. Em terceiro lugar, a maioria destes docentes e investigadores não tem podido subir de escalão, não só pelo facto de as Instituições de Ensino Superior (IES) teimarem em não aplicar alterações do posicionamento remuneratório por opção gestonária na ausência do despacho previsto no n.º 2 do artigo 74.º-C do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) e do artigo 35.º-C do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), mas também devido a uma norma de progressão salarial injusta que apenas prevê subidas obrigatórias quando, no processo de

avaliação de desempenho, um docente consegue a menção máxima durante um período de seis anos consecutivos.

A elevada precariedade laboral que grassa na generalidade das IES e de Ciência é outro fator que também tem contribuído muito significativamente para a desvalorização dos salários e das carreiras docentes e de investigação científica, permitindo todo o tipo de abusos: desde cargas letivas muito acima do legalmente previsto, ao abuso na contratação de docentes convidados (muitos deles como assistentes mesmo quando doutorados) e ao recurso generalizado a bolsheiros para assegurar tanto tarefas letivas como tarefas de investigação.

Face ao exposto, a FENPROF acompanha a reivindicação de uma atualização imediata dos salários dos docentes e dos investigadores que reponha o poder de compra perdido ao longo da última década, incluindo a forte erosão provocada pela elevada inflação de 2022 e 2023.

A FENPROF, tal como reafirmou recentemente em audição parlamentar na Assembleia da República, em 12 de julho, reclama ainda que as IES passem a estar obrigadas a alterar o posicionamento remuneratório dos docentes também quando estes, nos seus processos de avaliação de desempenho, conseguem uma avaliação positiva ao longo de dez anos consecutivos, pondo-se assim cobro à atual situação de estagnação salarial no ensino superior e que não acontece no regime geral da Administração Pública.

Ainda em matéria salarial, a FENPROF exige que seja feita uma alteração às escalas salariais definidas no Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de novembro, por forma a que sejam eliminadas as diferenças que penalizam os docentes do ensino superior politécnico relativamente aos do ensino universitário, ou seja, a aplicação dos mesmos índices remuneratórios para os mesmos escalões de categorias equiparadas e a valorização salarial da agregação para os professores adjuntos.

Finalmente, mas não menos importante, a FENPROF reclama medidas sérias de combate à precariedade laboral no ensino superior e na investigação científica. Importa lembrar que a FENPROF tem vindo a apresentar propostas construtivas neste sentido, pelo que se aguarda a disponibilidade do MCTES para encetar um verdadeiro e consequente processo negocial que permita mitigar os elevadíssimos níveis de precariedade existentes entre docentes e investigadores.

Lisboa, 27 de outubro de 2023

O Departamento de Ensino Superior e Investigação da FENPROF
O Secretariado Nacional da FENPROF